



Campanha Salarial 2022/2023, balanço: Negociação sem luta, migalhas do lucro bilionário e liberação para a burocracia sindical

Campanha Salarial 2022/2023: uma vitória para a ECT

Em 06 de setembro, o Acordo Coletivo de Trabalho foi assinado entre as Federações (FINDECT e FENTECT) e a direção dos Correios, intermediado pelo Tribunal Superior do Trabalho. A proposta, no entanto, já havia sido aceita, no final de agosto, pelas direções, indicando tal posição para as assembleias sindicais, que apenas referendaram a conciliação. A greve nacional, marcada para o início de setembro, era apenas um blefe das direções sindicais, mais interessadas nas eleições de outubro.

Apesar das direções sindicais apontarem ser um “recoo” da direção da ECT em relação a alguns pontos da pauta de reivindicações, sabemos que a Empresa saiu ganhando em mais uma Campanha Salarial. Ao contrário, porém, de 2020, quando a categoria se organizou em greve e foi derrotada, agora, a direção sindical das Federações (CUT e CTB) deixou que a Empresa federal ganhasse sem muito esforço.

Os pontos “conquistados”

A empresa concedeu 10,12% sobre os salários, refletindo a inflação dos últimos doze meses; mais 10,12% de reajuste sobre o vale-alimentação/refeição; manteve o pagamento de um valor complementar de até 15% sobre o salário-base, no trabalho aos fins de semana. Estas medidas econômicas, que parecem uma grande conquista, nada mais são do que uma parte mínima do lucro exorbitante que a Empresa obteve nos últimos anos (mais de R\$ 5 bilhões apenas em 2020 e 2021).

Com um salário médio um pouco superior a R\$ 2.100,00, os trabalhadores dos Correios têm mantido a Empresa em todo o país, com um aumento constante do trabalho (sobretudo, a partir da pandemia), com a exploração agressiva de terceirizados, e com a falta de mão-de-obra. As denúncias de assédio moral, de aumento do trabalho aos fins de semana, de mais de 6 horas de trabalho por turno sem descanso, etc., só têm aumentado nos últimos anos.

É uma lei geral do capitalismo: se os lucros aumentam, e os trabalhadores não arrancam aumentos salariais, estão sendo mais explorados do que quando os lucros diminuem, porque o lucro só pode nascer da exploração do trabalho. Então, se a direção da Empresa estatal só paga a inflação e mantém a lucratividade, significa que os ecetistas estão trabalhando mais e recebendo menos. É nos momentos de crescimento que a luta econômica por aumento salarial pode arrancar mais conquistas. O reajuste pela inflação

significa apenas que os trabalhadores vão receber o mesmo que recebiam o ano passado, enquanto a empresa lucrou mais que o ano passado, portanto, os ecetistas foram mais explorados, neste último período.

Enquanto as direções sindicais festejam estas migalhas, os efetivos e os terceirizados sofrem com o aumento do trabalho, o assédio moral e o perigo da demissão, com a proposta de privatização dos Correios, ainda viva no Parlamento.

A enganação da PLR

Um dos “recuos”, segundo a direção sindical das Federações, foi o retorno da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Haverá pagamento referente aos anos de 2021 e 2022, que ocorrerá de forma linear para todos os trabalhadores (50%), e por avaliação da empresa em relação a cada trabalhador (+ 50%).

Novamente, trata-se de migalhas, que podem ser distribuídas quando os lucros são exorbitantes, mas que são cortadas assim que há qualquer queda na receita. A PLR, em todas as empresas, serve para não garantir aumento real dos salários e é distribuída de modo a garantir alta “produtividade” dos trabalhadores, ou seja, garantir mais exploração do trabalho.

A defesa do Salário Mínimo Vital, que deverá partir da base do salário-mínimo do DIEESE (R\$ 6298,91), se contrapõe às migalhas que as empresas oferecem aos trabalhadores para os manter prisioneiros deste ponto no Acordo Coletivo que só beneficia à Empresa, mantendo na miséria os trabalhadores, cada vez mais explorados e precarizados.

Liberação da burocracia sindical

Outro ponto de “recoo” da ECT, em relação à pauta, foi a liberação do trabalho para os dirigentes sindicais: 7 por Federação (FINDECT e FENTECT) e mais 5 por Sindicato dos Empregados dos Correios. Com base superior a 5 mil empregados, serão liberados mais 1 dirigente a cada 1.500 empregados, número limitado a 7 liberações por Sindicato. Estava aí um “recoo” que era essencial para a burocracia das Federações e dos Sindicatos estaduais e regionais.

Sabemos que a liberação sindical é uma conquista dos trabalhadores, em sua luta histórica contra os governos e os capitalistas. Não se trata, portanto, de rejeitar por princípio a liberação dos dirigentes sindicais que devem usar esta liberação para militar, visitar as bases, mobilizar a categoria, organizar a luta.

A questão é que a liberação, na atualidade, é usada pela burocracia sindical para conseguir um privilégio individual, e manter-se apartada das difíceis condições do trabalho. A burocracia sindical só se “mobiliza” em período de Campanha Salarial e sua mobilização, como vimos nos dois últimos anos, se restringe a fazer pressão parlamentar e, depois, reuniões no TST, para conseguir um Acordo Coletivo.

A mobilização permanente das bases, as assembleias regulares, os atos contra todos os problemas que derivam da exploração do trabalho são deixados de lado, enquanto esta casta, que está afastada do trabalho e recebendo o salário, realiza – quando muito – a política de pressão parlamentar, alinhada aos partidos de esquerda eleitores (PT e PCdoB, sobretudo).

Não há um “programa” para o novo governo, que será burguês e atenderá os interesses do grande capital: Pelo Voto Nulo programático!

As direções da FINDECT (PCdoB) e da FENTECT (PT) mantêm-se divididas apenas por interesses aparelhistas, isto é, para receberem os privilégios como casta burocrática. Não há, de fato, uma diferença programática e estratégica entre as direções. O fato da FINDECT ser mais burocrática em relação às assembleias, por exemplo, é uma diferença de forma, mas que não altera os resultados da política adotada, de conciliação de classe.

Agora, por exemplo, as direções das Federações e dos Sindicatos dos Correios estão unidas na mesma campanha por eleger Lula/Alckmin e derrotar “nas urnas” Bolsonaro.

Ambas repetem a mesma ladainha de que, com o governo do PT, as condições de trabalho ficarão melhores, a Empresa estará a salvo da privatização e o país crescerá novamente.

Escondem que a crise recessiva no país é parte da crise do capitalismo e que se iniciou mesmo no governo petista. Que a Empresa deixou de realizar os concursos públicos e ampliou a terceirização também nos governos do PT e que estes mesmos governos ajudaram a fatar outra empresa estatal, a Petrobrás.

O **Boletim Nossa Classe**, órgão do Partido Operário Revolucionário (POR), luta pela independência ideológica, política e organizativa dos explorados, diante das disputas **eleitorais, que resultam na troca de um governo burguês por outro**. Luta para que os trabalhadores tomem em suas próprias mãos o programa de reivindicações e combatam com os meios da luta de classes e para que não tenham nenhuma confiança nos partidos e candidatos que servem aos interesses da burguesia (sejam os da direita ou da esquerda).

Nos últimos anos, o governo Bolsonaro e os demais governos aplicaram a Reforma Trabalhista e Previdenciária sem que houvesse uma resistência organizada pelas centrais, sindicatos e movimentos, controlados pelos mesmos que, agora, chamam a votar em “Lula” contra os “ataques de Bolsonaro”.

Sabemos que as eleições são o campo próprio da burguesia e seus partidos, que gastam milhões em propaganda para mais mentiras, promessas e enganar. Quando cessam as eleições, os partidos vencedores e vencidos se unem para aprovar mais contrarreformas que tiram direitos e rebaixam os salários, a exemplo da MP 936, aplicada durante os anos de 2020 e 2021, e que não encontrou oposição de qualquer partido parlamentar, nem da base “governista”, nem da base “oposicionista”.

Lutemos por nossas reivindicações, com nossos métodos de luta e por um governo operário e camponês, que é a estratégia própria da classe operária e de todos os oprimidos e explorados:

- 1) *por um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora.*
- 2) *por um aumento geral dos salários para repor as perdas inflacionárias e a alta do custo de vida;*
- 3) *por emprego a todos com carteira assinada, a ser alcançada por meio da redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho);*
- 4) *pela estatização sem indenização das fábricas fechadas e controle operário da produção;*
- 5) *pela efetivação de todos os terceirizados, com mesmos direitos e salários;*
- 6) *por uma frente anti-imperialista contra a política de privatizações e das contrarreformas, aplicadas por todos os governos burgueses.*
- 7) *pelo voto nulo, em defesa do programa de reivindicações, da luta unitária de empregados e desempregados e pela construção do partido operário revolucionário.*

Mais de seis meses de guerra na Ucrânia: o imperialismo impulsiona as tendências bélicas

A ação do imperialismo no mundo fortalece as tendências bélicas. A reunião da cúpula da OTAN em Madri, a tentativa de ingresso de Finlândia e Suécia também na OTAN, a visita da representante dos EUA em Taiwan, são alguns dos acontecimentos que demonstram que os países mais ricos continuarão a manter uma política beligerante e uma indústria de guerra. A Rússia, cercada pelo imperialismo, atua protegendo seus interesses e passando por cima da soberania do povo ucraniano, exercendo a opressão nacional.

Os trabalhadores de todo mundo, a classe operária, a juventude, todos temos o dever de defender, junto aos sindicatos e aos movimentos, uma campanha pelo fim imediato da Guerra, que tem consequências nacionais e internacionais para as massas exploradas.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui/POR) apontou a tarefa estratégica de unir o proletariado russo, ucraniano e europeu, como ponto de partida da unidade mundial da classe operária, estabelecendo um conjunto de bandeiras: *fim imediato da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação do povo ucraniano; integralidade territorial; e retirada das tropas russas da Ucrânia.*

Que as centrais e sindicatos rompam com a política de conciliação de classes

Que se coloquem imediatamente por organizar a luta

Em defesa dos empregos e salários



Entre em contato para contribuir na elaboração do boletim e na organização da luta: nossaclassecetista@gmail.com
<http://www.pormassas.org/nossa-classe/>